

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.015 - SC (2019/0132856-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : BANCO PAN S.A.  
**ADVOGADOS** : IAN COUTINHO MAC DOWELL DE FIGUEIREDO - PE019595  
JOÃO LOYO DE MEIRA LINS E OUTRO(S) - PE021415  
**AGRAVADO** : ELISA BAUER  
**ADVOGADOS** : WILSON WIGGERS E OUTRO(S) - SC014368  
CARLOS VOLNEI FERREIRA - SC013395

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por BANCO PAN S.A. contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO DECISÃO QUE REJEITOU A IMPUGNAÇÃO DO EXECUTADO E DETERMINOU O PROSSEGUIMENTO DO FEITO INSURGÊNCIA DO BANCO ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER PELO FATO DE O VEÍCULO E OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A TRANSFERÊNCIA DO BEM ESTAREM NA POSSE DA RECORRIDA PRETENDIDA CONVERSÃO EM PERDAS E DANOS INSUBSISTÊNCIA DA TESE RECORRENTE QUE NÃO COMPROVOU TER DILIGENCIADO OU OBTIDO RESPOSTA NEGATIVA JUNTO AOS ÓRGÃOS DE TRÂNSITO IMPOSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO DAS *ASTREINTES* ANTE A RENITÊNCIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DESNECESSIDADE DE CONCILIAR O *QUANTUM* FIXADO AO VALOR GLOBAL DO BEM CASA BANCÁRIA QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO CUMPRIU O COMANDO JUDICIAL QUE LHE FOI IMPOSTO HONORÁRIOS RECURSAIS IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE OFÍCIO EM RAZÃO DA NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO RECORRIDA E DA CONSEQÜENTE INEXISTÊNCIA DE FIXAÇÃO DA VERBA EM PRIMEIRO GRAU RECURSO DESPROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 537, § 1º, e 814, parágrafo único, ambos do CPC, e 412 do CC, no que concerne à revisão do valor fixado à título de multa *astreinte*, trazendo os seguintes argumentos:

12. Nesse sentido, veja-se que apesar de o acórdão recorrido ter

verificado que a motocicleta objeto da lide possui o valor de R 3.607,00, e apesar de a ação principal ter sido ajuizada pelo banco, em razão de inadimplemento do recorrido em parcela da moto, ele manteve a condenação do recorrente em R 150.000,00 a título de *astreintes*, o que equivale a 41 motos iguais à da parte recorrida. (fls. 1155).

[...]

17. Ademais, não se pode olvidar a determinação do art. 412, do CC, a partir do qual se depreende a vedação legal de que o montante total da cláusula penal, neste caso as *astreintes*, não pode exceder o valor da obrigação principal, ... (fls. 1157).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea *c* do permissivo constitucional, alega divergência jurisprudencial quanto ao mérito.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que inexistente a necessária identidade jurídica e/ou similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s).

Nesse sentido, o STJ fixou que “o conhecimento da divergência jurisprudencial reclama a existência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas submetidos a confronto” (EDcl no Resp n. 1.254.636/ES, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 23/4/2015).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AREsp n. 1.241.527/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/3/2019; AgInt no AREsp n. 1.385.820/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 2/4/2019; e AgRg no REsp n. 1.500.980/RS, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 24/3/2015).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente